



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo: 26.111/12

Rubrica: \_\_\_\_\_

**PROCESSO Nº:** 26.111/12

**APENSO Nº:** 020.001.817/09 – GDF

**ORIGEM:** Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF

**ASSUNTO:** Aposentadoria

**EMENTA:** Aposentadoria de ISRAEL JOSÉ DA CRUZ SANTANA, matrícula nº 28.940-X, Subprocurador-Geral do Quadro de Pessoal do DF, com base no art. 3º da EC nº 47/05, combinado com o art. 44 da LC nº 769/08, com as vantagens previstas no art. 7º da Lei nº 1.004/96 e no art. 4º da Lei nº 1.141/96, mantidas pelo parágrafo único do art. 4º da Lei nº 1.864/98, de acordo com o ato publicado no DODF de 24.08.09.

Parecer do Controle Interno pela legalidade da concessão.

Unidade Técnica sugere ao Tribunal que determine a realização de diligência para que a PGDF: a) retifique a portaria que autorizou a averbação do tempo de serviço prestado ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A (de 20.08.84 a 24.08.88), para contá-lo apenas para aposentadoria e disponibilidade; b) retifique o demonstrativo de tempo de serviço de fls. 99/100-apenso; c) retifique o mapa de incorporação de quintos de fl. 58-apenso, a fim de excluir os 2/10 de EC-01 da CODEPLAN, visto que a Decisão Normativa TCDF nº 01/95 veda a incorporação de quintos oriundos de empresas públicas e sociedades de economias após 19.01.95; d) torne sem efeito o documento “Resumo de Décimos Incorporados”, à fl. 96-apenso, porque o servidor não incorporou aos proventos nem décimos da CODEPLAN nem décimos da TERRACAP, mas sim 6/10 do EC-01 da TCB, devendo, quanto a este último, ser juntado demonstrativo de cálculo; e) retifique o abono provisório de fl. 98-apenso, observando os ajustes determinados nos itens precedentes; f) torne sem efeito os documentos substituídos.

MPjTCDF acolhe as sugestões da Unidade Técnica.

Voto divergente. Abertura de prazo ao interessado para oferecimento de razões de defesa, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, ante a possibilidade desta Corte de Contas determinar a correção do percentual de ATS e da incorporação de parcelas de quintos/décimos oriundas da administração indireta distrital. Envio de cópia do relatório/voto à PGDF para subsidiar a defesa do interessado.

Cuidam os presentes autos da aposentadoria voluntária, com proventos integrais, de ISRAEL JOSÉ DA CRUZ SANTANA, nos termos mencionados na ementa.

A par de ressaltar que a presente concessão está sendo analisada à luz do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07, a Unidade Técnica assinala que a fundamentação legal da presente concessão encontra-se



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:  
Processo: 26.111/12  
Rubrica: \_\_\_\_\_

correta, e que “o período trabalhado no Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC foi contado para complementar o tempo de permanência no serviço público exigido para modalidade de aposentadoria em análise, o que está de acordo com a Decisão nº 6641/09, item III.b”.

Anota que a apuração do tempo de serviço para a aposentadoria deu-se na forma das normas legais pertinentes à matéria, em que pese o fato de terem sido constatadas algumas incorreções no mapa de tempo de serviço, *in verbis*:

“6 Assim, a apuração do tempo de serviço para a aposentadoria deu-se na forma das normas legais pertinentes à matéria, contudo observam-se algumas incorreções no mapa de tempo de serviço (fls. 99/100 – apenso):

- a) foram registrados, na coluna referente a deduções, 15 dias referentes a licenças médicas (fl. 14 – apenso).
- b) foram somados 3 dias ao tempo bruto prestado ao DF.
- c) a data final do período averbado iniciado em 02/01/1975 não é 01/09/75, e sim, 09/07/75 (o total de 189 dias considerado na averbação está correto).
- c) registraram-se 90 dias como sendo de contagem em dobro da Lei nº 22/89, mas documento de fl. 16-apenso indica tratar-se de licença-prêmio contável em dobro para a aposentadoria.”

Na sequência, passa a tecer as seguintes considerações:

“7. Verifica-se que, por meio de portaria publicada em dezembro de 2008, foi averbado, para fins de Adicional por Tempo de Serviço, o tempo prestado pelo inativo junto ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A, no período de 20/08/84 a 24/08/88 (fls. 09, 87, 100 – apenso), com base em parecer da PGDF.

8. O servidor ingressou no GDF em 25/08/88. Em 1991 teve negado seu pedido de averbação para tempo de serviço do período trabalhado no Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A. O assunto foi discutido novamente, em 2008, no Processo GDF 020-000.543/91, Parecer nº 0521/2008-PROPS – PGDF (fls. 59/72 - apenso). No qual o parecerista defende a ideia de que não há empecilho para que o tempo de serviço prestado sob a regime celetista (para empresas públicas e sociedades de economia mistas) seja contado para fins de anuênio, caso haja identidade entre a esfera administrativa para qual fora prestado o serviço e a esfera na qual se pretenda o recebimento da vantagem.

9. Como o tempo em questão fora prestado ao governo federal, opinou, então, pelo indeferimento do pedido, pois no artigo 40, § 9º, da Constituição Federal assegura-se a contagem do tempo de contribuição federal, estadual ou municipal somente para aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para disponibilidade. Por sua vez, o artigo 41, § 3º, da LODF prevê que o tempo de serviço público, federal, estadual ou municipal ou do distrito federal será contado integralmente para aposentadoria e disponibilidade. E o artigo 350 da LODF garante a contagem do tempo de serviço efetivamente prestado à União e a Estados e a Municípios para aposentadoria e disponibilidade. Além disso, a Lei nº 8.112/90 dispõe que não haverá reciprocidade entre a União, Estados e Municípios, para pagamento de adicionais, com base em tempo de serviço prestado a unidade da federação distinta da unidade pagadora, havendo a garantia tão somente da contagem para aposentadoria e disponibilidade.

10. O Procurador-Chefe Substituto da Procuradoria de Pessoal rejeitou o Parecer nº 0521/2008-PROPS – PGDF porque, segundo ele, esse parecer contraria o Acórdão do TCU nº 1.871/2003 e a Decisão do STF na ADIn nº 1.400-5/SP, em que se considerou legítimo o aproveitamento do tempo de serviço prestado às empresas estatais, para fins de ATS, devido à essência pública do serviço prestado.

11. Em sua manifestação (fls. 73/83 – apenso), o Procurador-Chefe Substituto da PROPS argumentou que o exercício de atividades nas empresas públicas e sociedades de economia mista não é essencialmente tempo de serviço privado, porquanto em muitos aspectos está sujeito ao direito público, assim o período nelas trabalhado estaria abrangido pela locução “tempo de serviço público”. Não estando, então, sujeito à aplicação do art. 103, V da Lei nº 8.112/90, uma vez que esse dispositivo refere-se apenas às atividades essencialmente privadas, sem vínculo com o poder público.

12. Argumentou ainda que se o período de trabalho em empresas estatais é tempo de serviço público, poderia ser averbado para adicionais, em conformidade com o artigo 100 da Lei nº 8.112/90, até sua revogação tácita pela Lei nº 1.864/98.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:  
Processo: 26.111/12  
Rubrica: \_\_\_\_\_

13. Tratando-se então o caso, de tempo de serviço público federal, com apoio na Súmula de Jurisprudência nº 85 do TCDF<sup>1</sup> (que admite o aproveitamento do tempo de exercício de cargos em comissão ou função comissionada exercidos na área federal até 31.12.91, para efeitos das vantagens previstas nos arts. 62 e 193 da Lei nº 8.112/90, se o servidor tiver sido admitido no Distrito Federal ainda na vigência da Lei nº 1.711/52), o Procurador-Chefe Substituto da PROPES opinou pelo deferimento do pedido do servidor.

14. O Parecer nº 0521/2008-PROPES – PGDF e a manifestação do Procurador-Chefe Substituto da PROPES foram submetidos à consideração da Procuradora-Geral Adjunta do DF.

15. Tendo em conta que o postulante ingressara nos quadros distritais ainda na vigência da Lei nº 1.711/52 e que o serviço público federal que se pretendia averbar fora prestado anteriormente à Lei nº 8.112/90, a Procuradora-Geral Adjunta deixou de aprovar o Parecer nº 0521/2008-PROPES – PGDF e aprovou o pronunciamento do Procurador-Chefe Substituto da PROPES, com a ressalva de que as parcelas remuneratórias dos anuênios resultantes da averbação do tempo de serviço prestado ao BNCC estariam sujeitas à prescrição quinquenal.

16. Resumidamente, a PGDF entendeu que o servidor teria direito a averbar para efeitos de ATS o período de 20/08/84 a 24/08/88, laborado no BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A, porque o tempo de serviço prestado às sociedades de economia mista e às empresas públicas deve ser considerado tempo de serviço público. E, sendo tempo de serviço público federal, deve ser contado para ATS, uma vez que o servidor Israel José da Cruz Santana ingressou no GDF em data anterior à aplicação da Lei nº 8.112/90 aos servidores distritais, ou seja, antes de 01/01/92.

17. De início, cabe registrar que o Procurador-Chefe Substituto da PROPES, para fundamentar suas conclusões, citou o Enunciado nº 85 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF, segundo o qual os servidores que ingressaram no serviço público distrital ainda na vigência da Lei nº 1.711/52, podem contar o tempo de exercício de cargo em comissão/função de confiança exercidos na esfera federal até 31/12/91, para efeito de incorporação das vantagens previstas nos arts. 62 e 193, da Lei Federal nº 8.112/90.

18. O Enunciado nº 85, portanto, não se refere à contagem de tempo federal para fins de Adicionais por Tempo de Serviço. Deste modo, ao interpretá-lo, o Procurador-Chefe Substituto da PROPES elasteceu seu alcance para abarcar também essa possibilidade, quando satisfeitas as condições exigidas para a incorporação de vantagens pelo exercício de função de confiança/cargos em comissão (ser anterior a 31/12/91, prestado por servidor que ingressou no GDF ainda na vigência da Lei nº 1.711/52).

19. A averbação para efeito de ATS do tempo de serviço público prestado à administração direta e autárquica (federal, estadual ou municipal) até 31/12/91, por servidor que ingressou nos quadros do GDF ainda na vigência da Lei nº 1.711/52, está de acordo com o entendimento desta Corte de Contas.

20. Se o servidor ingressou no GDF na vigência da Lei nº 8.112/90, a possibilidade de averbação restringe-se para aposentadoria e disponibilidade, como dispõe o Enunciado nº 80 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF. Vejamos.

**SÚMULAS DE JURISPRUDÊNCIA TCDF - ENUNCIADO nº 80**

O tempo de serviço federal, estadual ou municipal, prestado por servidor admitido na vigência da Lei n.º 8.112/90 no Distrito Federal (Lei n.º 197/91), só conta para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

21. No presente caso, não há restrições quanto à época da prestação dos serviços nem quanto à data de ingresso no serviço público distrital, porém não se trata de averbação de tempo de serviço público federal prestado à administração direta ou autárquica; mas, sim, de tempo de serviço prestado à administração indireta federal, sob o regime celetista. E, para essa averbação existe óbice legal, como veremos a seguir.

22. O Procurador-Chefe Substituto da PROPES utilizou como um dos motivos para rejeitar o Parecer nº 0521/2008-PROPES – PGDF a ideia de que esse parecer contraria orientações emanadas do STF na ADIn nº 1.400-5/SP e do TCU no Acórdão nº 1.871/03.

23. Na ADIn 1400-5/SP, o Governador do Estado de São Paulo buscou no STF a declaração de inconstitucionalidade de decisões administrativas em que o Tribunal de Contas e o Primeiro Tribunal de Alçada Civil, ambos daquele Estado, admitiram a favor de seus servidores a contagem de tempo de serviço prestado à iniciativa privada para efeitos de adicional por tempo de serviço, sexta-parte e quinquênios.

24. A Corte Suprema suspendeu a eficácia dos atos impugnados por entender que o tempo de serviço de atividade privada não é computável para fins de adicionais, a não ser que se trate de integrantes da administração pública indireta (empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas pelo poder público).

**Ementa**

**EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DECISÕES ADMINISTRATIVAS DO TRIBUNAL DE CONTAS E DO PRIMEIRO TRIBUNAL DE**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:  
Processo: 26.111/12  
Rubrica: \_\_\_\_\_

ALÇADA CIVIL, AMBOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. CARÁTER NORMATIVO. TEMPO DE SERVIÇO DE ATIVIDADE PRIVADA. CÔMPUTO PARA FINS DE GRATIFICAÇÃO ADICIONAL E SEXTA PARTE. O Supremo Tribunal Federal já consagrou entendimento no sentido de que o tempo de serviço de atividades essencialmente privadas não é computável, para fins de gratificação adicional, salvo quando integrantes da administração pública indireta -- empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas pelo poder público. Os atos em questão revelam o extravasamento do campo reservado à atuação dos respectivos Tribunais, que acabaram por reconhecer, a todos os servidores integrantes dos seus quadros, vantagens que só poderiam emergir de regra legal. Cautelar deferida. (o grifo não é do original)

25. O conceito ampliado de serviço público, utilizado pelo STF na ementa suso, remonta à discussão sobre a possibilidade de se conceder ATS pelo exercício de atividade essencialmente privada, com base no artigo 65, inciso VIII, da LC nº 35/79 (LOMAN) e no art. 1º do Decreto-Lei nº 2.019, de 28/03/83:

a) LC nº 35/79

(Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.)

Art. 65 - Além dos vencimentos, poderão ser outorgadas aos magistrados, nos termos da lei, as seguintes vantagens:

(...)

VIII - gratificação adicional de cinco por cento por quinquênio de serviço, até o máximo de sete; (o grifo não é do original)

(...)

b) Decreto-Lei nº 2.019/1983

(Dispõe sobre o cálculo de parcelas da remuneração devida aos magistrados e dá outras providências.)

Art. 1º - A gratificação adicional de que trata o artigo 65, VIII, da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, em relação aos magistrados de qualquer instância, será calculada sobre o vencimento percebido mais a representação, nos percentuais de cinco, dez, quinze, vinte, vinte e cinco, trinta e trinta e cinco, respectivamente, por quinquênio de serviço, neste compreendido o tempo de exercício da advocacia, até o máximo de 15 anos, e observada a garantia constitucional da irredutibilidade. (o grifo não é do original)

26. Conforme consta no Relatório do Ministro Carlos Madeira, na Representação nº 1.490-8/DF, apresentada pelo Procurador-Geral da República, discutiu-se a possibilidade de se conceder ATS aos magistrados pelo exercício de atividade essencialmente privada, utilizando-se as disposições legais acima transcritas, porque o Tribunal de Contas da União havia considerado que, com base nesses dispositivos, seria possível conceder esses adicionais para os magistrados, computando o tempo de serviço **prestado a qualquer tipo de empresa privada**. Vejamos:

O SENHOR MINISTRO CARLOS MADEIRA – O Exmo. Sr. Procurador-Geral da República oferece a presente representação para interpretação do art. 65, VIII, da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, e do artigo 1º do Decreto-lei nº 2.019, de 28 de março de 1983, que cuidam da gratificação adicional por quinquênio de serviço, tendo em vista decisão do Egrégio Tribunal de Contas da União, que considerou computável para fim de concessão da referida gratificação, em favor dos magistrados, o tempo de serviço prestado a qualquer tipo de empresa privada

27. No julgamento da Representação, em decisão unânime, o Pleno do STF restringiu o alcance da interpretação dada pelo TCU e passou a considerar que os magistrados poderiam contar para fins de adicionais o tempo de serviço vinculado a atividades privadas apenas se esse tempo tivesse sido prestado a entidades integrantes da Administração Pública Indireta:

**EMENTA:** - REPRESENTAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI EM TESE. ARTIGO 65, VIII DA LEI COMPLEMENTAR N. 35, DE 14.3.79 E ARTIGO 1. DO DECRETO-LEI N. 2.019, DE 28.3.79. TEMPO DE SERVIÇO COMPUTÁVEL PARA FINS DE CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO ADICIONAL AOS MAGISTRADOS DA UNIÃO. A INTELIGENCIA DOS DISPOSITIVOS MENCIONADOS RESULTA EM RELAÇÃO AOS MAGISTRADOS, NUM CONCEITO MAIS AMPLO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, DE MODO A ABRANGER, ALÉM DA





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:  
Processo: 26.111/12  
Rubrica: \_\_\_\_\_

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTARQUICA, AS EMPRESAS PÚBLICAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E FUNDAÇÕES INSTITUÍDAS PELO PODER PÚBLICO. DESCABE, PORÉM, A CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO EM EMPRESA PRIVADA, NÃO TENDO RELEVÂNCIA, PARA AQUELES FINS, O CRITÉRIO DE CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO E DE ATIVIDADE PRIVADA, ADOPTADO PARA FINS DE APOSENTADORIA PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

REPRESENTAÇÃO ACOLHIDA, PARA DECLARAR QUE NÃO É COMPUTÁVEL, PARA FINS DE GRATIFICAÇÃO ADICIONAL DEVIDA AOS MAGISTRADOS DA UNIÃO, O TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO A PESSOAS DE DIREITO PRIVADO, SALVO QUANDO INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA - EMPRESAS PÚBLICAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E FUNDAÇÕES INSTITUÍDAS PELO PODER PÚBLICO, AINDA QUE DESPIDAS DE NATUREZA AUTARQUICA. (o grifo não é do original)

28. A delimitação do alcance da expressão “tempo de serviço”, contida no inciso VIII do artigo 65 da LOMAN, na forma fixada pelo STF, teve aplicação prática para a Magistratura, não para os servidores estatutários.

29. Na vigência da Lei nº 1.711/52, o inciso I do artigo 7º do Decreto nº 31.922/52, definia, como serviço público, o prestado na administração direta e autárquica (sentido restrito):

Lei nº 1.711/52

(Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.)

art. 145. Conceder-se-á gratificação:

(...)

XI – adicional por tempo de serviço.

(...)

art. 146. Ao funcionário que completar vinte anos de serviço público efetivo será atribuída uma gratificação igual a 15% (quinze por cento) do respectivo vencimento .... (vetado) .... a qual será elevada para 25% (vinte e cinco por cento) quando o tempo de serviço do funcionário for de vinte e cinco anos completos. (o grifo não é do original)

30. O adicional por tempo de serviço previsto na Lei nº 1.711/52 fora regulamentado por meio do Decreto nº 31.922/52:

Decreto nº 31.922/52

(Regulamenta a concessão da gratificação adicional por tempo de serviço, prevista nos artigos 145, item XI, e 146, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952).

Art. 1º A concessão da gratificação adicional por tempo de serviço, prevista nos artigos 145, item XI, e 146, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, obedecerá ao disposto neste regulamento. (o grifo não é do original)

(...)

Art. 7º No cômputo do tempo de serviço público efetivo serão observadas as seguintes normas:(o grifo não é do original)

I - entende-se como tempo de serviço público efetivo o que tenha sido prestado à União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, em cargo ou função civil ou militar, ininterruptamente ou não, em órgãos de administração direta ou autárquica, apurado à vista dos registros de frequência, folhas de pagamento ou dos elementos regularmente averbados no assentamento individual do funcionário;

31. As modificações introduzidas pela Lei nº 4.345/64, não inovaram no pertinente aos tempos computáveis para fins desse adicional:

Lei nº 4.345/64

(Institui novos valores de vencimentos para os servidores públicos cíveis ao Poder Executivo e dá outras providências.)

Art.10. A gratificação adicional a que se refere o artigo 146 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, passará a ser concedida na base de 5% (cinco por cento), por quinquênio de efetivo exercício, até 7 (sete) quinquênios.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:  
Processo: 26.111/12  
Rubrica: \_\_\_\_\_

(...)

32. Com a edição da Lei nº 8.112/90, passou-se a ter o seguinte:

Lei nº 8.112/90

(Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.)

(...)

art. 67. O adicional por tempo de serviço é devido à razão de 1% (um por cento) por ano de serviço público efetivo, incidente sobre o vencimento de que trata o art. 40. (o grifo não é do original)

(...)

Art. 100. É contado para todos os efeitos o tempo de serviço público federal, inclusive o prestado às forças armadas. (o grifo não é do original)

(...)

33. No entendimento do TCU, presente no Acórdão nº 1871/2003, a Lei nº 8.112/90 flexibilizou o conceito de serviço público, de modo a abarcar também o tempo de serviço prestado à empresas públicas e as sociedades de economia mista, assim permitindo a contagem desse tempo para a concessão do adicional por tempo de serviço, o que não era possível na vigência do estatuto anterior (Lei nº 1.711/52), quando considerava-se, estritamente, o tempo de serviço na administração direta ou autárquica da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, em conformidade com o Decreto nº 31.922/52. Como se pode ver trecho a seguir, transcrito do Voto do Relator do Acórdão TCU nº 1871/2003:

10. Noutras palavras, a legislação estatutária de outrora, representada pela Lei nº 1.711/52 e o Decreto nº 31.922/52 (que regulamentou a lei quanto à concessão da gratificação adicional por tempo de serviço), por definir o tempo de serviço como aquele prestado à administração direta, como se verá adiante, repelia o emprego para os servidores públicos da interpretação dada pelo STF:

(...)

11. Com a edição da Lei nº 8.112/90, e a revogação tácita do Decreto nº 31.922/52, expressamente confirmada depois pelo Decreto nº 99.999/91, deixou de existir definição legal restritiva de tempo de serviço público, razão porque passou a justificar-se o emprego do sentido verdadeiro, na opinião do STF, também aos servidores públicos, além da magistratura, segundo se depreende das decisões na ADIn nº 1.400-5/SP e no RE nº 195.767-1/SP.

34. O TCU admitiu (para os servidores federais) a contagem do tempo de serviço público, na forma ampliada de seu conceito, desde a publicação da Lei nº 8.112/90 até que, no mundo jurídico, surgisse nova restrição. O que ocorreu com a advento da Lei nº 9.527/97. Como se pode ver no trecho a seguir, também transcrito do Voto do Relator do Acórdão TCU nº 1871/2003:

65. Conquanto pelo entendimento do Supremo Tribunal Federal, como já visto, o tempo de serviço público prestado à União abranja o tempo dedicado tanto à administração pública direta quanto à indireta, na interpretação que se deve conferir, inclusive, ao artigo 100 da Lei nº 8.112/90, que se mantém inalterado até os dias de hoje, é de se reconhecer que a Lei nº 9.527/97 individualizou antes da administração indireta (autarquias e fundações) ao dispor acerca do aproveitamento de tempo de serviço público para o efeito de anuênios, deixando à parte as empresas públicas e sociedades de economia mista. Portanto, para o efeito de anuênios, a utilização do tempo de serviço nessas entidades só deve prevalecer até 10/12/1997, um dias antes da publicação da mencionada lei, e não até 08/03/1999, data em que o direito foi extinto.

35. Assim, na abordagem do TCU a concessão de ATS com utilização de tempo de serviço prestado à empresas públicas e sociedades de economia mista na vigência da Lei nº 8.112/90, apenas foi possível porque essa lei flexibilizou o conceito de serviço público, fato que teria perdurado até a publicação da Lei nº 9.527/97, que modificou a redação do artigo 67 da Lei nº 8.112/90<sup>2</sup>, passando novamente, a adotar, na concessão dos mencionados adicionais, conceito restrito de serviço público, como sendo apenas aquele prestado à administração direta autárquica e fundacional.

36. Nas discussões levadas a efeito na PGDF, o parecerista e o Procurador-Chefe Substituto da PROPES concordam que na vigência da Lei nº 8.112/90, na concessão de adicional por tempo de serviço é possível contar o tempo de serviço público trabalho no regime celetista, desde que tenha sido prestado na mesma esfera administrativa. Como se pode ver no trecho a seguir, no qual o Procurador-Chefe Substituto da PROPES tece comentários ao Parecer nº 0521/2008-PROPES:

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade****TCDF - GCMA**Folha:  
Processo: 26.111/12  
Rubrica: \_\_\_\_\_

Nesse diapasão, ao analisar o caso concreto, com razão o douto parecerista ao afirmar que não há qualquer empecilho ao cômputo do tempo de serviço prestado sob o regime celetista para fins de anuênio no regime estatutário, porém ao ressaltar que só o será desde que prestado para a mesma esfera administrativa, deixou de vislumbrar que essa ressalva se dá tão somente a partir de 1992, visto que é admissível aproveitar-se para fins de adicional por tempo de serviço, o tempo exercido na área federal até 31/12/1991, desde que o servidor tenha ingressado em órgão do Distrito Federal ainda na vigência da Lei Federal nº 1.711/1952.

37. Em conformidade com o trecho transcrito, o Procurador-Chefe Substituto da PROPES entende que, a partir de 1992, no deferimento de adicional por tempo de serviço para os servidores distritais, pode ser contado o período de serviço público laborado sob o regime celetista, se, e somente se, o serviço tiver sido prestado à administração indireta do Distrito Federal. Quanto ao tempo de serviço público prestado à administração indireta federal sob o regime celetista, a possibilidade de contá-lo para a mesma finalidade, apoia-se na permissão genérica para se contar para ATS o tempo de serviço federal, prestado até 31/12/92 por servidores que ingressaram no serviço público distrital na vigência da Lei nº 1.711/52.

38. Neste ponto pode ser destacado o seguinte: como já visto antes, na vigência da Lei nº 1.711/52, a contagem para fins de adicional por tempo de serviço, por expressa previsão legal, estava restrita ao tempo de serviço prestado a órgão da administração direta ou autárquica.

39. Portanto, tratando-se de tempo de serviço público federal sob o regime celetista, se prestado na vigência da Lei nº 8.112/90, não pode ser contado para ATS porque essa lei veda qualquer contagem, para essa finalidade, de tempo de serviço público prestado a outra esfera administrativa (Enunciado nº 80 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF). Se prestado na vigência da Lei nº 1.711/52, também não pode ser contado, porque nessa época, na concessão de adicionais por tempo de serviço, apenas se contava o tempo de serviço da administração direta e autárquica (Decreto nº 31.922/52).

40. Sobre esse tema, no Processo nº 22.499/11, o Tribunal ao analisar Consulta do Secretário de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal, sobre a possibilidade jurídica de se conceder Adicional por Tempo de Serviço (ATS) aos servidores do Distrito Federal, que prestaram serviço a empresas públicas ou a sociedades de economia mista antes da edição da Lei nº 1.864/98, pronunciou-se-se do seguinte modo (Decisão nº 3811/12):

O Tribunal (...) decidiu: I - responder à consulta formulada pela Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal nos seguintes termos: é possível o cômputo, para efeito de percebimento de adicional por tempo de serviço, de período laborado em empresas públicas e sociedades de economia mista locais por servidor que se investiu em cargo público distrital enquanto vigente o art. 100 da Lei nº 8.112/90 em sua redação original (Lei nº 197/91), ou seja, até o advento da Lei nº 1.864/98, norma que restringiu a contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos, apenas no tocante às atividades desempenhadas na Administração Direta, Autárquica e Fundacional local, incluídos o Tribunal de Contas e a Câmara Legislativa do Distrito Federal; II - dar ciência desta deliberação à Câmara Legislativa e aos demais órgãos e entidades integrantes do complexo administrativo do Distrito Federal. Impedido de participar do julgamento deste processo o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à ata, o relatório/voto do Relator. (o grifo não é do original)

41. Assim sendo, o período em que o servidor prestou serviços ao BNCC, antes de seu ingresso nos quadros da PGDF, não pode ser contado para efeitos de adicional por tempo de serviço (ATS).

42. O mapa de incorporação de quintos de fl. 58-apenso informa que o servidor incorporou aos proventos 6/10 de EC-01 da TCB e 2/10 de EC-01 da CODEPLAN. No entanto, em conformidade com os atos de exoneração e de dispensa (fls. 35, 36, 42 e 43 - todas do apenso), e observada a data de 19/01/95, definida, na Decisão Normativa nº 01/95 do TCDF, como limite para incorporação de quintos oriundos de empresas públicas e sociedades de economias mistas, o servidor faria jus a 6/10 do EC-01 da TCB.

43. Embora o servidor faça jus a 6/10 do EC-01 da TCB, na planilha "Resumo de Décimos Incorporados", vista à fl. 96-apenso, a Jurisdicionada demonstrou a evolução de 2/10 de EC-01 da CODEPLAN e de 6/10 de EC-01 da TERRACAP, calculados em valores de janeiro de 1995 e reajustados, respectivamente, até novembro de 2010 e maio de 2010. Apesar de ter demonstrado a evolução de 8/10, na última linha da planilha, os cálculos foram resumidos como sendo 6/10-VPNI, com valor de R\$ 3.263,20.

44. Em abril de 2011, como demonstrado no contracheque de fl. 97-apenso, o servidor recebeu, a título de décimos, R\$ 3.263,20, que (conforme consta no documento de fl. 96-apenso: "Resumo de Décimos Incorporados"), corresponde a 2/10 de EC-01 da CODEPLAN, em valores de novembro de 2010, somados a



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:  
Processo: 26.111/12  
Rubrica: \_\_\_\_\_

6/10 de EC-01 da TERRACAP, calculados para maio de 2010: (R\$ 1.337,35 + R\$ 1.925,85 = R\$ 3.263,20). Ou seja, o servidor faz jus a 6/10 de EC-01 da TCB, mas está recebendo 8/10, sendo 6/10 de EC-01 da TERRACAP e 2/10 de EC-01 da CODEPLAN.

45. A demonstração de como chegar aos R\$ 3.263,20, ou seja a demonstração da evolução dos décimos incorporados, como consta no documento de fl. 96-apenso, é desnecessária, pois o servidor não incorporou aos proventos nem décimos da CODEPLAN, nem décimos da NOVACAP.

46. No abono provisório de fl. 98-apenso (elaborado com data de vigência a contar de 24/08/10), consta que, para a aposentadoria em análise, foram deferidos 6/10 de EC-01 da Administração Indireta, calculados em R\$ 3.623,20. Dada a semelhança, no referido abono provisório pode ter ocorrido inversão dos algarismos 6 e 2 (R\$ 3.623,20 em vez de 3.263,20), em relação ao valor demonstrado no documento de fl. 96-apenso, que é igual ao pago em abril de 2011.

47. De qualquer forma, a Jurisdicionada deverá demonstrar a evolução dos 6/10 de EC-01 da TCB, calculados de acordo com a tabela vigente em 19/01/95, seguidos dos sucessivos reajustes, até obter o valor pago atualmente, como disposto no item c da Decisão nº 5927/06, adotada no Processo nº 2535/04<sup>3</sup>. Feito isso, se necessário deverá corrigir o abono provisório.”

Sugere, assim, ao egrégio Plenário que determine a realização de diligência para que a PGDF: a) retifique a portaria que autorizou a averbação do tempo de serviço prestado ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A (de 20.08.84 a 24.08.88), para contá-lo apenas para aposentadoria e disponibilidade; b) retifique o demonstrativo de tempo de serviço de fls. 99/100-apenso; c) retifique o mapa de incorporação de quintos de fl. 58-apenso, a fim de excluir os 2/10 de EC-01 da CODEPLAN, visto que a Decisão Normativa TCDF nº 01/95 veda a incorporação de quintos oriundos de empresas públicas e sociedades de economias após 19.01.95; d) torne sem efeito o documento “Resumo de Décimos Incorporados”, à fl. 96-apenso, porque o servidor não incorporou aos proventos nem décimos da CODEPLAN nem décimos da TERRACAP, mas sim 6/10 do EC-01 da TCB, devendo, quanto a este último, ser juntado demonstrativo de cálculo; e) retifique o abono provisório de fl. 98-apenso, observando os ajustes determinados nos itens precedentes; f) torne sem efeito os documentos substituídos.

O MPJTCDF, mediante o Parecer nº 1.414/13-DA, às fls. 19/26, acolhe as sugestões da Unidade Técnica.

É o relatório.

**VOTO**

Examino, nesta fase processual, a aposentadoria voluntária, com proventos integrais, de ISRAEL JOSÉ DA CRUZ SANTANA, conforme o ato publicado no DODF de 24.08.09.

A Unidade Técnica destacou que a fundamentação legal do ato e a apuração de tempo de serviço estão corretas, havendo, todavia, algumas incorreções no demonstrativo de tempo de serviço de fls. 99/100 – apenso, quais sejam:

a) foram registrados, na coluna referente a deduções, 15 dias referentes a licenças médicas (fl. 14 – apenso).

b) foram somados 3 dias ao tempo bruto prestado ao DF.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:  
Processo: 26.111/12  
Rubrica: \_\_\_\_\_

*c) a data final do período averbado iniciado em 02/01/1975 não é 01/09/75, e sim, 09/07/75 (o total de 189 dias considerado na averbação está correto).*

*c) registraram-se 90 dias como sendo de contagem em dobro da Lei nº 22/89, mas documento de fl. 16-apenso indica tratar-se de licença-prêmio contável em dobro para a aposentadoria.*

Acrescentou que o período trabalhado no Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A – BNCC foi computado como de efetivo exercício no serviço público, em conformidade com os termos da Decisão nº 6.641/09 (item III.b).

Na sequência, a instrução informou que o referido tempo do BNCC, alusivo ao período de 20.08.84 a 24.08.88, foi computado para fins de ATS com base em parecer da PGDF (fls. 09, 87 e 100 – apenso), contrariando a legislação de regência, ao tempo em que noticiou incorreção nas parcelas de quintos/décimos incorporadas, oriundas da administração indireta distrital.

Diante desse quadro, a Unidade Técnica propôs a conversão do feito em diligência.

Nada obstante, ouço divergir, por ora, da diligência proposta, pois, conforme venho defendendo em casos tais, previamente à adoção de qualquer medida que importe redução de proventos do interessado, deve ser assegurada a oportunidade de falar nos autos, em homenagem aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Assim penso porque, apesar de a Administração Pública possuir o poder-dever de corrigir seus próprios atos, em consonância com o Enunciado nº 473 da Súmula do STF, este poder-dever não é absoluto e ilimitado, estando sujeito às normas constitucionais, em particular, aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, consagrados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal, principalmente quando o ato administrativo repercutir na esfera de interesses individuais dos administrados.

Aliás, essa tem sido a linha de entendimento adotada pelo e. Plenário em casos semelhantes.

Diante do exposto, lamentando dissentir, por ora, do encaminhamento proposto pela instrução e pelo MPjTCDF, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

I – em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, determine o retorno dos autos à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, notifique o interessado para, querendo, no mesmo prazo, apresentar razões de defesa ante a possibilidade desta Corte de Contas determinar a correção do percentual de ATS e da incorporação de parcelas de quintos/décimos oriundas da administração indireta distrital, nos moldes sugeridos pela instrução de fls. 1/16;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

---

**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo: 26.111/12

Rubrica: \_\_\_\_\_

II – autorize o envio de cópia do relatório/voto à jurisdicionada, visando subsidiar a defesa do interessado.

Brasília, em            de            de 2014.

**MANOEL DE ANDRADE**  
**Relator**